



RELATÓRIO CONTROLE INTERNO

Referente ao

3º Quadrimestre 2018

Prefeito Municipal
José Geraldo Garcia

Controle Interno
Janaína de Castro

SALTO, 20 DE MARÇO DE 2019.



Apresentação:

O Controle Interno da Prefeitura da Estância Turística de Salto, em atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 54 parágrafo único e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 75 a 80 da lei nº 4.320/1964 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que estabelece referências para o Controle Interno do 1º Quadrimestre do exercício de 2018.

O Controle Interno foi regulamentado pela Lei Municipal 3.185 de 22 de junho de 2013, em atendimento ao Comunicado SDG 32/2012, editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Os dados foram publicados no dia 30/01/2019 e apresentados na Câmara Municipal de Salto em 21/02/2019.

“Até o final dos meses de Fevereiro, Maio e Setembro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no §1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.

Este relatório contém informações dos resultados obtidos na gestão administrativa orçamentária e financeira abordando os seguintes itens:

- 1. Área de Orçamento e Finanças**
- 2. Área de Recursos Humanos**
- 3. Receitas**
- 4. Despesas (empenhamento)**
- 5. Recursos Aplicados na Educação**
- 6. Recursos Aplicados em Saúde**
- 7. Controle de Bens Patrimoniais**
- 8. Licitações, Contratos**
- 9. Operações de Crédito**
- 10. Endividamento**
- 11. Adiantamentos**
- 12. Dívida Ativa**
- 13. Gestão Governamental**
- 14. Resultado Nominal e Primário**
- 15. Prestação de Contas**
- 16. Denúncias e Representações**
- 17. Conclusão**

Handwritten marks:
A
P



1. Pela área de Orçamento e Finanças:

A Lei Municipal nº 3.716, de 15 de dezembro de 2017, aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2018, estimando a RECEITA e fixando a DESPESA em R\$ 403.273.120,97, abrangendo Prefeitura, Câmara e SAAE.

A execução orçamentária da Prefeitura apresentada no quadro a seguir, demonstra a receita prevista para o exercício e o resultado orçamentário em relação a despesa empenhada liquidada e paga neste 3º quadrimestre.

(Somente Prefeitura)						
ARRECADAÇÃO PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO						380.123.120,97
RECEITA ARRECADADA ATÉ O PERÍODO						335.916.238,51
	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Despesa Realizada	325.047.562,37	97%	298.979.863,15	89%	298.979.863,15	89%
Resultado Orçamentário	10.868.676,14	3%	36.936.375,36	11%	36.936.375,36	11%

Os registros atenderam ao que determina a legislação aplicável.



2. Pela área de Recursos Humanos (Pessoal):

Os gastos com pessoal estavam dentro dos limites estabelecidos pela legislação federal conforme Art. 19 da Lei complementar 101/2000 da constituição para fins do disposto no caput do art. 169, sempre considerando o limite máximo permitido e o limite prudencial 51,3% (95% do limite legal da receita corrente líquida), o que nos impõe alertar para o efetivo controle dos gastos com pessoal. Portanto, situação FAVORÁVEL ao município.

Despesas de Pessoal - (R\$1,00)			
Consolidado Prefeitura e SAAE			
Periodo	RCL	Despesas	%
3º Quad. 2018	354.763.671	165.777.702	46,73%
2º Quad. 2018	345.532.615	155.559.022	45,02%
1º Quad. 2018	330.643.048	150.299.551	45,46%

Handwritten signature



3. Receitas:

Os ingressos das receitas estão sendo feitos a contento e, dentro da normalidade prevista na legislação específica para cada origem de recursos. Receitas por fonte de recursos. A arrecadação do 3º Q/2018 foi de R\$ 115 milhões. No 3º Q/2018 o IPTU foi de (R\$ 9.090.857,17) e o ISSQN (R\$ 8.716.283,92), foram os principais itens da arrecadação própria. As principais transferências foram: o ICMS (R\$ 24.570.914,31 milhões); IPVA (R\$ 2.024.729,45 milhões); FPM (R\$ 11.097.467,40 milhões) e o FUNDEB (R\$ 9.350.803,28 milhões).

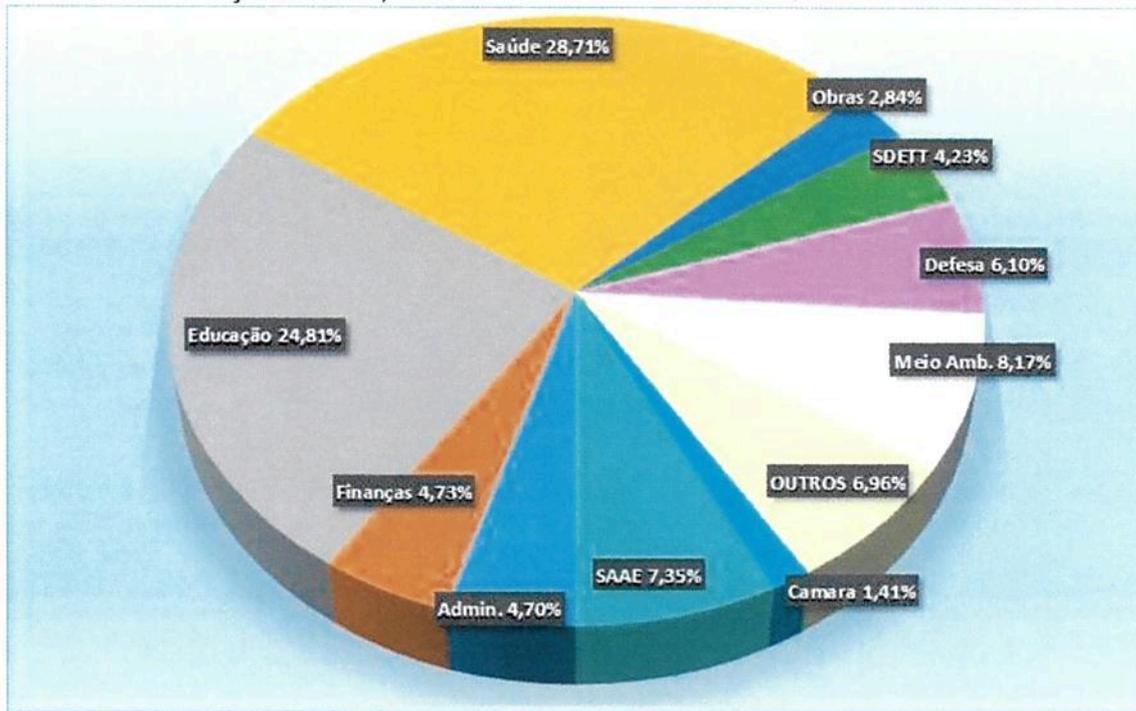
P.M. de Salto (Dados Consolidados)					
RECEITAS	1º Quad. 18	2º Quad. 18	3º Quad. 18	TOTAL 18	ORÇADO 18
TRIBUTÁRIA	37.691	28.878	30.003	96.572	96.226
PATRIMONIAL	596	677	577	1.850	2.501
SERVIÇOS	12.195	8.004	7.597	27.796	22.375
TRANSF. CORRENTES	86.632	84.045	80.807	251.485	246.664
OUTRAS REC. CORRENTES	2.305	2.725	3.729	8.759	3.820
RECEITAS CORRENTES	139.419	124.329	122.714	386.462	371.585
FUNDEB	11.590	10.258	9.851	31.699	29.535
REC. COR. LÍQUIDA	127.829	114.071	112.863	354.763	342.051
REC. DE CAPITAL	596	1.881	2.678	5.155	61.222
TOTAL	128.425	115.952	115.541	359.918	403.273

Handwritten marks:
A blue checkmark-like symbol.
A blue signature or initials.



4. Despesas (empenhamento):

O empenhamento neste 3º Quadrimestre foi de R\$ 81.386 O percentual do total do empenho ficou em Saúde 29%, Educação 25%, Meio Ambiente 8%, SAAE 7%, Defesa Social 6% e Finanças com 4%, e demais secretarias somam 7%.

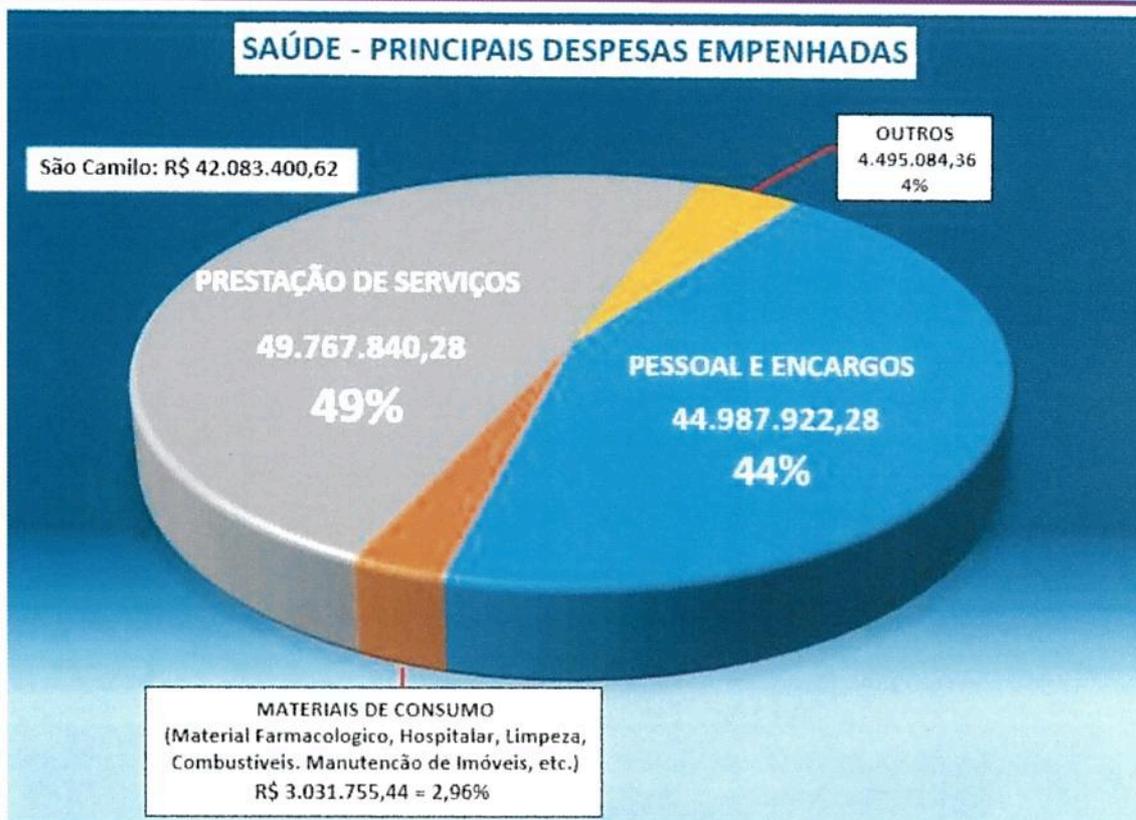


No gráfico abaixo detalhamos os principais gastos realizados em saúde (29%)

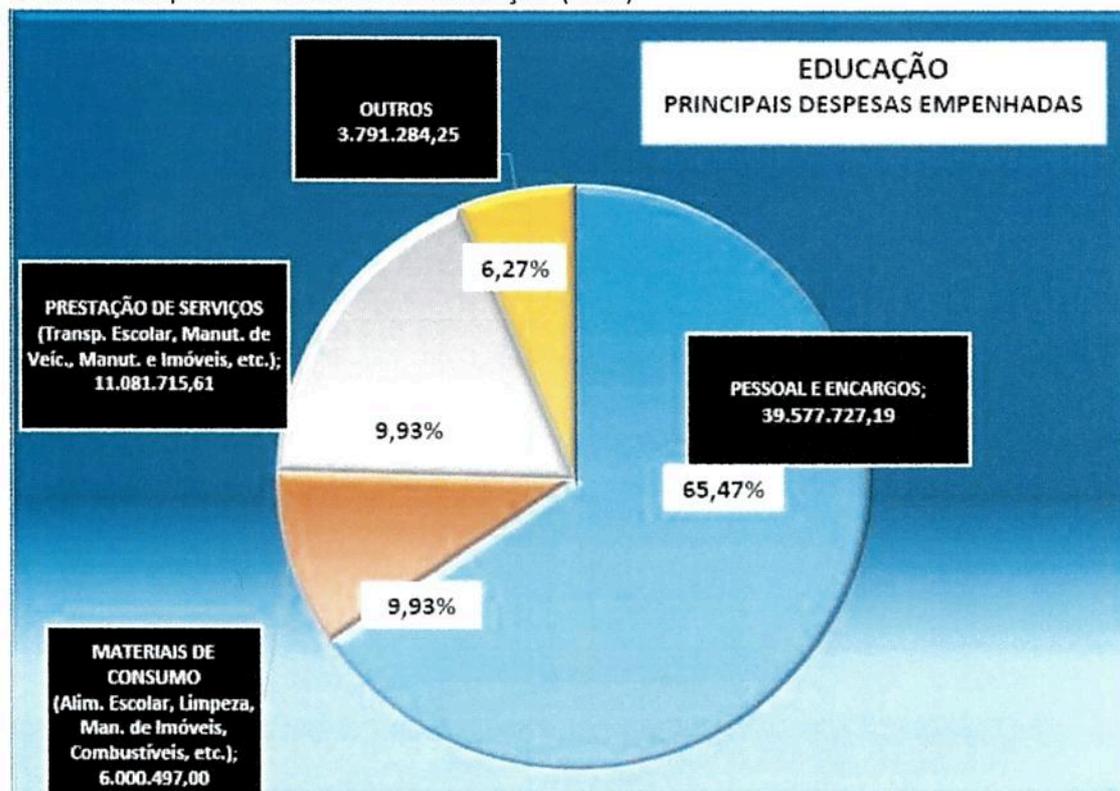
Handwritten signature



SAÚDE - PRINCIPAIS DESPESAS EMPENHADAS



E abaixo despesas realizadas na educação (25%)



DESTAQUES

Alimentação Escolar: R\$ 4.975.387,42 (Materiais de Consumo)

Transporte Escolar: R\$ 5.500.499,42 (Prestação Serviços)



5.Despesas (Educação):

Com relação aos gastos com Educação no ensino especial/ infantil/ fundamental o município atingiu no 4º trimestre de 2018 o percentual de 27,11% (limite mínimo 25%) e na valorização do magistério com recursos do FUNDEB 68,69% (mínimo 60% ano) ultrapassado o limite. Portanto, situação FAVORÁVEL ao município.



EDUCAÇÃO - 25% DOS RECURSOS PRÓPRIOS GASTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

Jan.18 a Dez.18

TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS				256.370.364,41
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA			25,00%	64.092.591,10
EXERCÍCIO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	SALDO A PAGAR
2018	71.556.403,19	69.507.592,32	69.507.592,32	2.048.810,87
TOTAIS	71.556.403,19	69.507.592,32	69.507.592,32	
PERCENTUAIS	27,91%	27,11%	27,11%	
MARGENS	7.463.812,09	5.415.001,22	5.415.001,22	

2
φ



EDUCAÇÃO - FUNDEB (100%)		E		MAGISTÉRIO (60%)	
TOTAL DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS + APLICAÇÕES FINANCEIRAS				38.016.612,12	
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA MAGISTÉRIO				60,00%	22.809.967,27
EXERCÍCIO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	% REALIZADO	
OUTROS	11.904.192,03	11.904.192,03	11.904.192,03	31,31%	
MAGISTÉRIO	26.112.420,09	26.112.420,09	26.112.420,09	68,69%	
TOTAIS	38.016.612,12	38.016.612,12	38.016.612,12	100,00%	
PERCENTUAIS APLICADOS	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

6.Despesas (Saúde):

Os índices com saúde superaram os limites mínimos estabelecidos pela legislação aplicada, portanto, atenderam ao princípio da legalidade. Conforme a EC 29/2000 que trata dos gastos com a saúde, o município atingiu 23.66% (limite 15%), dos recursos próprios. É frequente o investimento na saúde ultrapassar os 15%.

SAÚDE - 15% DOS RECURSOS PRÓPRIOS				Jan.18 a Dez.18	
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS				256.370.364,41	
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA				15,00%	38.455.554,66
EXERCÍCIO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	SALDO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS	
2018	63.193.284,30	60.658.649,79	60.658.649,79	2.534.634,51	
TOTAIS	63.193.284,30	60.658.649,79	60.658.649,79		
PERCENTUAIS	24,65%	23,66%	23,66%		
EXCEDENTE	24.737.729,64	22.203.095,13	22.203.095,13		

7. Controle dos Bens Patrimoniais:

Bens permanentes serão motivos de registro junto ao departamento de controle patrimonial, secretária da administração.

8. Pelo Setor de Licitações, Contratos, etc.:

As compras e contratações estão dentro da normalidade previstas nas normas, portanto, estão revestidas da legalidade necessária.

9. Nas Operações de Crédito:

Não houve operações de crédito que merecesse o competente registro.

10. Nos Limites de Endividamento:

O endividamento público está sob controle e dentro dos limites aceitáveis, não comprometendo a gestão pública.

11. Nos Adiantamentos:

Todos adiantamentos foram utilizados de forma legal dentro dos princípios que rege a lei de adiantamento, foi expedido a Portaria 447/2017 de 01 de setembro de 2017, com Manual de adiantamento, como material de orientação.

12. Na Dívida Ativa:

As dívidas ativas do município foram devidamente cobradas, negociações junto aos munícipes. A recuperação de cobrança da dívida é realizada por parte da secretaria de



finanças, atende todos os tipos de débitos já inscritos em dívida ativa exceto multa de trânsito.

13. Na Gestão Governamental:

As disposições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei Orçamentária Anual estão sendo cumpridas.

14. Resultado Nominal e Primário:

Resultado Nominal		
Especificação	Saldo	
	31.DEZ.2017	31.DEZ.2018
I. Dívida Consolidada	53.071.582	51.073.704
II. Deduções	43.777.319	59.345.418
Ativo Disponível	45.928.516	60.056.947
Haveres Financeiros	(732.547)	(711.529)
(-) Restos a Pagar Processados	1.418.650	0
III. Dívida Consolidada Líq. (DCL) = (I - II)	9.294.263	(8.271.714)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	38.524.996	36.728.157
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	(29.230.733)	(44.999.870)
RESULTADO NOMINAL		(15.769.137)

Resultado Primário - Em Reais		
Descrição	3º Quad / 18	Meta Anual
1. Receitas Fiscais Correntes	384.833.597,10	3.796.662
2. Receitas Fiscais de Capital	4.623.024,48	
3. Deduções da Receita	(31.698.852,36)	
4. Receitas Fiscais (1+2-3)	357.757.769,22	
5. Despesas Fiscais Correntes	312.783.605,12	
6. Despesas Fiscais de Capital	11.721.746,95	
7. Despesas Fiscais (5+6)	324.505.352,07	
Resultado Primário (4-7)	33.252.417,15	

15. Relatório de Prestação de Contas:

Os relatórios RREO, SISTN, RGF, SIOPE, SICONF, publicações do ensino, foram conferidos por este departamento.

Os contadores da secretaria de finanças fizeram os lançamentos e foram publicados e os enviaram no prazo legal.

Em relação ao SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde) tivemos o envio comprometido do 4º, 5º e 6º bimestre, assim como apontados nos relatórios anteriores, o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento (DESID), **não** disponibilizou o programa de preenchimento dos dados, *comprometendo a entrega dentro do prazo*, tal sistema passa por diversas mudanças na estrutura, a fim de cumprir a missão de aperfeiçoá-lo e adequá-lo ao novo plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), aumentando a visibilidade do gasto em saúde, seguindo tendência mundial na contabilidade pública.

16. Denúncias e Representações:

Não houve denúncias ou representações relevantes a serem incluídas neste parecer pelo responsável do Controle Interno.



17. Conclusão:

Para o período analisado, não vislumbramos ocorrências relevantes que mereça remessa deste processo ao Chefe do Poder Executivo ou ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

E por ser a expressão de verdade, assinado o presente relatório de Controle.

Salto, 20 de março de 2019.



JANAÍNA DE CASTRO

Responsável pelo Controle Interno



José Geraldo Garcia

Prefeito